Sem reajuste salarial, o prefeito não vai ter "Paes"

O Jornal Extra publicou nota dia 05/11, informando que a proposta do prefeito Eduardo Paes de Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2024 não incluiu verbas para reajuste dos servidores municipais. Em seguida, o prefeito anunciou que concederá reajuste nos salários dos servidores, em 2023, mas apenas acompanhando o IPCA/IBGE anual, em torno de 3,5%.

O IPCA não dá nem pra saída! Um estudo do Dieese/Sepe mostra que os salários da categoria entre março de 2019 e maio de 2023, aponta perdas entre 24,32% (INPC) e 23,12% (IPCA). Em 31 de maio de 2024 nosso salário comprava só 80,44% do que em 2019. Em vez de um índice de 3,5%, Paes tem que começar a devolver ainda este ano as perdas acumuladas de todo o funcionalismo.

Em 16 de novembro, o Sepe participou de uma audiência pública para discussão do PLOA 2024 da educação municipal, com a presença do secretário Renan Ferreirinha. O Sepe participou da reunião, questionando os problemas de infraestrutura nas escolas, como o da climatização, da falta de reajuste e cobrou que o prefeito negocie e receba as entidades representativas do funcionalismo municipal. Receba o Sepe, prefeito!

Sepe foi à Câmara Municipal discutir a Lei Orçamentária de 2024

A direção do Sepe esteve na Câmara dos Vereadores RJ dia 07/11 para discutir com os parlamentares a notícia veiculada na imprensa de que o PLO (Projeto de Lei Orçamentária) 2024 não tinha recursos para reajuste do funcionalismo ano que vem. O Sepe falou com o presidente da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Jorge Felipe (União Brasil) e apontou para a indignação das diferentes categorias do funcionalismo com a falta de reajuste em 2024 no orçamento. Ele informou que haverá emendas ao projeto para garantir o reajuste no orçamento municipal e lembrou a importância da mobilização dos servidores para fazer pressão e cobrar dos parlamentares as emendas necessárias para garantir o reajuste no orçamento de 2024.

Rede municipal quer saber critérios para pagar "14º salário"

O prefeito Eduardo Paes, pagou o 14º salário ("Premiação por Resultados de Aprendizagem"), em outubro. No entanto, sem critérios nítidos para a premiação, a grande maioria de profissionais não recebeu o dito prêmio, mesmo que a escola tenha cumprido a totalidade ou parte da meta elaborada.
O Sepe sempre se colocou contra essa política meritocrática e questionou a SME RJ, que usa critérios de aprovações nas escolas, resultando na volta da aprovação automática na rede – ao invés de valorização real a todos profissionais de educação. Além disso, ela premia poucas escolas, utilizando métodos incompreensíveis e nada transparentes.

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457
(Agendar atendimento, 10h às 16h).

www.seperj.org.br
instagram.com/sepe_rj
facebook.com/Seperj
youtube.com/SepeRJoficial
twitter.com/RjSepe

seperj.org.br/filiacao

Boletim do Sepe

INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO FUNCIONÁRIOS

Finalizada em: 17/11/2023

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO! CONCURSO PÚBLICO já!

FUNCIONÁRIOS LANÇAM CAMPANHA POR RESPEITO AO SERVIÇO PÚBLICO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Reunião do Coletivo Estadual dos Funcionários em outubro, na sede do Sepe, lançou a campanha em defesa dos direitos

A Secretaria para Assuntos Ligados aos Funcionários do Sepe lançou, em outubro, uma campanha de valorização profissional, exigindo respeito ao serviço público. A campanha se destina a todas as escolas das redes públicas do Rio de Janeiro e visa o fim da terceirização na Educação e a defesa do concurso público para a contratação de pessoal de apoio pelas redes estadual e municipais de educação. A campanha é fruto das discussões realizadas em diversas plenárias dos Coletivos estadual e da Capital dos funcionários ao longo deste ano (foto).

O objetivo é o combate à terceirização no setor educacional das redes estadual e municipais dos serviços administrativos e à PEC 32 da reforma administrativa que tramita no Congresso Nacional e ameaça o serviço público. Também defendemos a realização de concurso público já para todas as redes para suprir a enorme carência não só de professores, como de serventes, merendeiras, porteiros, pessoal de secretaria, bibliotecários, entre outras funções.

A campanha está sendo espalhada pelas escolas e conta com panfletos, cartazes, bottons e adesivos de carro, além de publicações nas redes sociais do sindicato. A segunda fase terá vídeos.

Conheça os materiais da campanha

O Sepe lançou em outubro uma campanha nas redes sociais, com diversos materiais impressos em defesa dos funcionários administrativos das redes públicas de educação em nosso estado. A campanha tem dois eixos centrais: Contra a terceirização na Educação – concurso público, já!; Pela valorização do funcionário público. A seguir, conheça alguns dos materiais que o Sepe montou para a campanha.

PANFLETO

Baixe o boletim (pdf)
bit.ly/BoletimCampanhaFuncionarios

CARTAZ

ADESIVO DE CARRO

BOTTOM

Piso Nacional para os funcionários: Sepe participou de audiência na Câmara dos Deputados

O Sepe, por meio da Secretaria de Funcionários do sindicato, participou de uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em Brasília. A reunião foi realizada no dia 05/10 e seu objetivo era debater as bases legais para a elaboração de um projeto de lei que contemple a implementação do piso nacional para profissionais da educação, com inclusão dos trabalhadores que atuam em funções administrativas, técnicas ou operacionais, como os secretários escolares, inspetores de disciplina, cozinheiras escolares, agentes de educação e demais funções relacionadas ao setor educacional.

As entidades de representação sindical presentes na audiência e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), representada pelos diretores do coletivo de funcionários, apresentaram questões importantes no encontro. O Projeto de Lei 2531/21 é de autoria da deputada federal Rose Modesto UNIÃO BRASIL/MS) e a relatoria é do deputado Idilvan Alencar (PDT-CE). Este é apenas o início de uma longa trajetória que poderá trazer finalmente a devida valorização para os funcionários administrativos, técnicos e operacionais da educação.

Ações da Secretaria de Funcionários em 2023

- Reedição da Cartilha contra o Assédio Moral;
- Realização da TV Sepe com os temas: “Contra todo o tipo de violência”; “Os aspectos jurídicos do assédio moral”; “Para além do assédio: as violências cometidas nas relações de trabalho e as consequências para a saúde mental”;
- Lançamento da campanha para representantes de escola;
- Campanha pelo reajuste salarial e do vale refeição dos servidores da rede municipal RJ;
- Acompanhamento jurídico da luta pela concessão de indenização por doenças adquiridas no exercício da função para as merendeiras da rede municipal RJ;
- Participação efetiva na construção da política do sindicato durante o XVI Congresso da entidade, em maio;
- Atualização do Plano de Lutas para 2024;
- Luta pelo reconhecimento e valorização dos funcionários da ex-FAEP;
- Campanha publicitária em defesa dos funcionários administrativos e dos servidores públicos.